

MINISTERIO
DO
REINO

Direcção Geral
de
Administração Política
e Civil

2.^a Repartição

1.^o 7.^o 94/41

N.^o 92437-6

E. 21-16-4

Yffaro Junior
M. Lir.

Em cumprimento do despacho de 18 do corrente meo no adjunto processo da deliberação da Câmara Municipal do Porto, de 28 de julho ultimo, tenho a honra de o passar ás mãos de V. M.

Seus Guardas V. M.

Secretaria d'Estado dos Negocios
Yffaro Junior do Reino, em 19 de outubro de 1904.
M. Lir. Conselheiro
Procurador Geral da Corôa e Fazenda

Alfonso Carneiro



L. e sup. 8-11-4

MINISTERIO
DO
REINO

Direcção Geral
de
Administração Política
e Civil

1.^a Repartição

1.^o 11/11/4

Ref. 924

16. 21-10-4

em conformidade com o

1
N.º 961 L.º 376
E. 5-11-4

2
Off. de Jur. Sur.

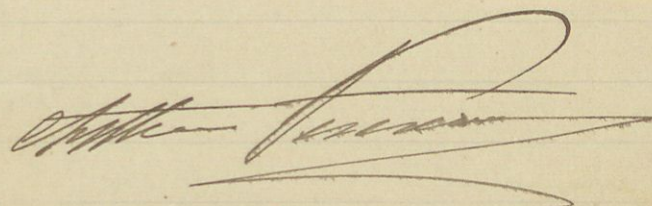
Precarrega-me o Sr.
Ministro do Reino de enviar
a V. Ex.^a, em additamento
ao meu officio de 19 de outubro
do ultimo, o incluso memo-
riaal no assumpto das de-
liberações da Câmara Mu-
nicipal do Porto sobre os
serviços de viacção.

Deus Guarde a V. Ex.^a

Secretaria do Estado dos Nego-
cios do Reino, em 3 de novembro

Off. de Jur. Sur. de 1904.

Off. de Jur. Sur. Conselheiro Procurador
Geral da Coroa e Fazenda



L. e m. 8-11-4



Nº 924 e 961

effrmita

Illmo. e Exmno. Snr.

Dignou-se o illustre antecessor de V. Exa. mandar a esta Procuradoria Geral da Corôa o processo da deliberação da Camara Municipal do Porto, de 28 de julho ultimo, para aqui ser examinado, ~~emittindo-se~~ ^{esta} parecer sobre se ~~deve~~ ^{esta condicão}, ou não, ser approvada a referida deliberação, ~~nos termos~~ ^{em cumprimento} do paragrapho 3º do art. 49 doCodigo Administrativo.

Esta deliberação foi precedida d'outras; e, para bem se comprehender o estado da questão, é preciso resumir e ordenar a historia do que se passou desde a origem, acerca do assumpto tratado em repetidas sessões da Camara Municipal do Porto.

Esta Camara concedeu a A.M.L.Vieira de Castro e Evaristo Nunes auctorisação para estabelecerem um caminho de ferro pelo systema americano, a fim de ligar entre si os bairros extremos e a estação do caminho de ferro do Norte e Sul com o centro da cidade, medi-

J. a sup. 8-11-4

ante certas condições, a ultima das quaes era "que
a Camara se reservava o direito de conceder outras
quaesquer vias ferreas americanas ou de outro qual-
quer systema, segundo as necessidades futuras ou
conveniencia publica o exigissem." (Cond. 30 do ter-
mo assignado por A.M.L. Vieira de Castro e Evaristo
Nunes, e pela Vereação do Porto, em 21 d'agosto de
1873.)

Depois de constituida a Companhia Carris de
ferro do Porto, e de fundida com a Companhia Car-
ril Americano, concedeu-lhe a Camara licença defi-
nitiva para a exploração da sua linha por meio de
locomotoras Heuschel & Filho (tracção a vapor), por
termo de 25 de julho de 1893.

A mesma Companhia pediu, em 17 de janeiro de
1894, que a Camara lhe permittisse a tracção ele-
ctrica, a principio, como ensaio, na linha Marginal



No.

e da Restauração, e mais tarde em varias ruas da cidade, Mattosinhos e Leça.

Com estas concessões successivas desenvolveu-se consideravelmente o serviço da viação na cidade do Porto, engrandecendo-a e valorizando, diz o Governador Civil, os seus arrebaldes; e desenvolveu-se e progrediu tanto que a Camara Municipal procurou

da exploração d'esse serviço uma fonte de receita, por meio de uma contribuição fixa annual á respectiva Companhia, e, depois, por meio d'uma taxa sobre cada carro americano.

Duvidando de que fosse legal a imposição d'estas contribuições (o illustre secretario geral do Ministerio do Reino sustenta, com bons fundamentos, que a segunda era permittida por lei), resolveu a Camara, na sua sessão de 21 d'abril, remodelar os contractos existentes, incumbindo uma commissão,

composta do presidente e dois vogaes, de estudar o assumpto, que, por deliberação posterior (sessão de 19 de maio), voltou a ser novamente estudado pela mesma commissão e pelos corpos gerentes da Companhia.

Chegou-se a um accordo, redigiram-se as bases, incidiu sobre ellas a approvação da Camara em 7 de julho ultimo, e sobre a respectiva deliberação municipal, salvas algumas modificações, recaiu a sanção do Governo, communicada em officio da Direcção Geral da Administração Política e Civil d'esse Ministerio, de 20 do referido mez.

N'essa sessão de 7 de julho, em que foi approvada a proposta combinada entre a commissão da Camara e a Companhia Carris de ferro, com a declaração do presidente, mediante pergunta do vereador Lopes Martins, de que na proposta estava implicita

5

a ideia do concurso, foram apresentados requerimentos de José Matheus Corrêa do Souto, Hermann Lourenço *Ferreira* e Manoel Martins da Rocha pedindo a concessão do exclusivo da exploração de linhas ferreas na cidade do Porto: a Camara resolveu que fosse exigido aos requerentes o previo deposito de 50:000\$000, para ser tomada em consideração sua proposta, e que se discutissem as bases para o projecto de accordo com a Companhia Carris de ferro, "sobre estando-se na resolução definitiva d'esse contracto e na sua redução a escriptura publica até que definitivamente se resolvesse sobre os alludidos requerimentos."

Um dos concorrentes á exploração da viação em linhas ferreas, depositou, satisfazendo a exigencia da Camara, a quantia de 50:000\$000 na Caixa Geral dos Depositos, e, em vista d'isso, na sessão de 28 de

julho, a mesma Camara deliberou que se abrisse concurso para a exploração do serviço da viação, e que se organisasse o respectivo caderno de encargos.

N'aquelle mesmo dia, 28 de julho, a Companhia Carris de ferro do Porto, representada pelo seu gerente, protestou contra a deliberação da Camara abrindo concurso para a concessão do exclusivo da viação.

Do seu protesto está copia no processo.

Duas ordens de razões fundamentam este protesto:

razões inspiradas nas condições dos contractos da Companhia e outras nascidas das resoluções tomadas nas ultimas sessões da Camara Municipal.

Resumindo-as, as da primeira ordem cifram-se

em que a Camara não podia coarctar a Companhia o

direito de explorar as suas linhas sem previa in-

demnisação de perdas e danos: sendo inadmissivel



Nº

6

a hypothese da expropriação da Companhia por utilidade publica, porque esta expropriação só pode fazer-se havendo motivos de interesse geral que a justifiquem, o que se não dá.

Com relação ás outras rasões, transcrevo do protesto os seguintes periodos:

"A discussão e a apreciação sob todos os pontos de vista das questões que estão affectas ao municipio, depois de encerradas, não é justo que sejam alteradas."

"As suas consequências, os direitos e obrigações resultantes de quaesquer resoluções anteriores, e em fim as vantagens ou inconvenientes que d'ellas podem derivar, só antes d'essas ^{deliberações} ~~derivações~~ convem ponderar; qualquer alteração pode offender direitos adquiridos por terceiros, como dispõe o Código Administrativo no art. 28."

"Ora, esta disposição de lei preveniu e regulou juntamente a hypothese que se ventila."

"As deliberações tomadas por essa ex^{ma} Camara, nas ultimas sessões, e que de modo algum podem ser alteradas, impedem a pretendida e annunciada resolução da abertura do concurso publico."

Segue a historia do que se passou nas sessões de 21 de abril, 19 de maio, e 7 de julho, e conclue assim o protesto:

"A proposta feita pela ex^{ma} Camara a esta Companhia foi acceite; desde essa acceitação o contracto tornou-se perfeito, art. 649 do Código Civil, ficando unicamente a assignatura da respectiva escriptura dependente da sancção do Governo, que já a deu, e da sancção da assembleia geral da Companhia, que em breve naturalmente a vai dar."

"Perfeito como está juridicamente o contracto,

7

compreende essa ex^{ma} Camara a surpresa que poderia ter causado a noticia de que uma outra resolução ia ser tomada."

"Nem a lei administrativa permite essa alteração desde que d'ella resulte, como resulta, offensa de direitos de terceiros, art. 28 do Código respectivo, nem a lei geral permite, sem a correspondente indemnisação por perdas e danos, a retractação d'uma proposta accete, art. 653 do Código Civil."

"Essa ex^{ma} Camara, pois, não pode deliberar agora a abertura do concurso nem a expropriação d'esta Companhia, porque varias razões de ordem legal a impedem de fazl-o."

"As deliberações tomadas nas sessões referidas teem de ser respeitadas e cumpridas, tanto mais que já foram superiormente approvadas, resultando d'ahi achar-se o municipio preso, por força de lei,

à proposta aceite e ao contracto ajustado, cujas bases estão igualmente sancionadas pelo Governo."

O Governador Civil do Porto, no seu officio que acompanhou o resumo das deliberações tomadas pela Camara Municipal, na referida sessão de 28 de julho, entende que a de abrir concurso para o exclusivo da viação não é conveniente; o illustre Director Geral da Administração Policia e Civil, depois de dizer que, quer seja approvada quer regeitada a deliberação, mal collocada fica moralmente a gerencia Municipal do Porto, accrescenta:

"A Camara pode ainda remediar a sua leviandade acautelando e garantindo nas condições do concurso não só as vantagens do publico e os interesses do cofre municipal, mas tambem as indemnisações, que sejam devidas á Companhia Carris de ferro, pois, ainda que me pareça não haver direito a ellas, nin-

guem pode prever as decisões judiciaes."

Diz tambem, concluindo, que se o Governo quizer regeitar o deliberado na sessão de 28 de julho, não vê obstaculo a isso por argumento do art. 56, nº 6, do Codigo Administrativo.

Eis o estado das cousas.

Cumpre-me, por virtude do despacho ministerial com que me foi mandado o processo, ^{na} aconselhar ao Governo o seu procedimento como estação tutellar n'esta

ta emmaranhada e embaraçosa questão, ^{mas examinando}

— *Quas lundis
de intervallu*

*re ha obstáculos juridicos a que uma faculdade tutellar
se exerceu tipicamente.*
O Governo pode approvar a deliberação da

Camara Municipal do Porto de 28 de julho.

Não ha disposição de lei geral, ou preceito administrativo, que th'o prohiba. Concor-

do, n'este ponto, com a illustrada Decisão
Geral Politica e Civil do Ministerio do Rei-

mo.

sendo revogadas a todo o tempo

o tempo as concessões administrativas sem limitação de
tempo prazo, a Câmara Municipal do Porto pôde retirar
a Companhia Carris de ferro as licenças dadas. Se no uso
do seu direito, a Câmara, attenta as condições dos contractos
que celebrou com a Comp^a, pôde ser obrigada a pagar
indenizações por perdas e danos, aos tribunaes competentes
des pertencer dizer. Mas, ~~independente~~ ^{se fôr}
~~para~~ mas a possibilidade d'uma revisão judicial h'este
sentido, não é raro para que ella não possa
exercer as suas facultades legais.

Não vale, na hypothese, o argumento de que hou-
ve uma proposta da Câmara, aceita pela Comp^a,
e por tanto um contracto perfeito. Na sessão
de 7 de julho em que fôram approvadas as bases, ^{combinadas} ~~em~~
~~por accordo~~ ^{por accordo} das duas commissões, a Câmara e da
Comp^a, expressamente se reservou para a Veracão
1861 o direito de abrir concurso para a concessão
do exclusiv da viaç^{ão} (Vide acta, in fine)⁺. Além
do que:

1.º As relações contrahidas entre as duas partes,
pela qualidade d'uma d'ellas, que é a d'uma corporação
administrativa, não podem regidos, na hypothese, pela
lei civil restrictamente applicada;

2.º Ainda quanto o fôrrem, não estavam cumpridas
todas as formalidades q.^{ta} a Câmara deliberou abrir

o concurso. Faltava a approvaç^{ão} da Assembleia J^{ral} da Guay.
Canis se fero. O art. 649 não pode, por isso, ser invocado
no caso.

3^o ~~Quanto~~ Supponho, o que se não admite, que o argumento
produzido e' precedente, a remeço legal seria a possível critéri-
nação da camara a' intermissões por perdas e danos, p^{or}
o tribunal entender applicavel esta pena: mas a deliberação
reservada a hypothese do recurso judicial, pode ser approva-
da e cumprida. ~~E ainda poderia e entendo ter intermissões~~
~~em se se julga de direito, ficar, não a' camara, mas~~
~~refundo o programma do concurso, ao concorrente preferido~~
~~isto. ao adjudicatario, ao concorrente preferido.~~

Tambem não vale o dizer-se que a ultima delibera-
ção em C. M^o do Porto, a de 23 de julho, não se encon-
tra no art 23 do Cos. Administrativo.

" Podem os corpos administrativos alterar as suas deliberações
quando não haya offensa de direitos adquiridos", diz este
art. Mas não ha direitos adquiridos; houve apenas uma
expectativa de interesses, ainda não convertidos em direi-
tos: e não e' a simples expectativas que o C. A^m se refere.

* Em conclusão:

A deliberação de 23 de julho, sobre cuja app^{ro} ou rejeição
seu consultado, não foi tomada ~~uma~~ violação de
lei ou ~~em~~ offensa de direitos adquiridos; pode o governo
approvata ou rejeitá-la, apreciando a sua materia com

o critério das conveniências públicas e dos interesses
do Município, a que tem de attender como estacão tutellar.

A esta O. feral da Coroa compete, na mesma interpretação
ces do despacho de 18 do corrente, dizer se, em vista do
proposto, está, ou não, o Governo na sua plena e desembara
çada liberdade de approvar ou se repetir a deliberação m.^{ta}
de que se trata.

Esta.

~~É isto o meu parecer V.~~

Se tivesse de entrar na apreciação d'este propos
to, e de aconselhar ao Governo o que lhe convi
nha fazer, isto é, se devia approvar, ou não, a
deliberação de 23 de julho, não hesitaria em
lhe dar a minha opinião de que a approvar.

Como processo de adjudicação de qualquer empresa
de serviços públicos, o concurso tem, em geral,
a seu favor as melhores razões: na hypothese
suposta a apreciação do Governo, impõe-se como
o unico a empregar.

É isto o meu parecer.

~~Conferem~~ Votou-o, unanim^{te}, a confer

MD.

Não pôde ser estrovo ao limite exercício da Minis-
 tral de a consist. de que feram sobre a camera
 a indemnização por perdas e danos, pelo facto
 da mesma camera retirar a Companhia as
 licenças que lhe concedeu. Essa indemniza-
 ção, se os tribunaux a julgarem devida,
 pode, deue, ficar a cargo, não da camera,
 mas do adjudicatario, acantelando-se estes
 hypothecas nos programma do concurso,
 como lembra o mr. Director Geral de A. P. e
 Civil do Ministerio de Negos.